

Greve de 95: 30 anos de uma greve histórica para a classe trabalhadora



A greve de maio de 1995 completa 30 anos. Um movimento histórico não só para a categoria petroleira como para toda a classe trabalhadora. A greve expôs os limites da negociação institucional e ressaltou a importância da organização de base, gerando impactos profundos na dinâmica do movimento sindical desde então.

Além da recuperação das perdas salariais e da preservação de direitos, os trabalhadores lutavam contra a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações. A avaliação é de que a greve de 95 foi fundamental para impedir a privatização da Petrobrás e desmascarar o autoritarismo do governo Fernando Henrique Cardoso.

A mais longa greve da história da categoria iniciou em 3 de maio. Foram 32 dias de contestação e de resistência à política neoliberal crescente nos anos 90. A categoria petroleira resistiu à truculenta repressão do governo e às manipulações da mídia. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos foram submetidos a multas milionárias após a greve ter sido considerada abusiva pelo TST. Centenas de trabalhadores foram, arbitrariamente, punidos e dezenas deles, demitidos. No entanto, os petroleiros construíram alternativas de resistência ao intenso processo repressivo que se seguiu após a greve. Os demitidos tiveram seus salários mantidos por um fundo de greve solidário e

ocorreu um forte trabalho político que levou à readmissão, a partir de 2003, dos demitidos durante a greve, assim como a suspensão das advertências e punições.

“A lição que fica após 30 anos desta greve, cujo embate também se deu no plano político é que, por pior que seja a conjuntura, a categoria petroleira nunca foge à luta em defesa da Petrobrás e de seus direitos. Quando as negociações não avançam, as greves são instrumentos legítimos”, avalia o coordenador-geral do Sindipetro/MG.

Petrobrás enrola e não avança em reuniões

No dia 6/05, a Federação Única dos Trabalhadores (FUP) se reuniu com a gestão da Petrobrás

para discutir as regras coletivas de teletrabalho. Diante de poucos avanços, a FUP solicitou a suspensão da reunião, cobrando uma proposta concreta, principalmente diante do calendário de negociações imposto. Além do teletrabalho, a FUP cobrou uma resposta sobre o tratamento do dia da greve nacional de advertência. A entidade também aguarda uma posição concreta sobre as demais pautas da greve, principalmente sobre a remuneração variável, questionando a redução de 30% no valor da PLR, enquanto os dividendos distribuídos passam de 200%.

Congresso do Sindipetro/MG será de 26 a 28 de junho



A diretoria colegiada do Sindipetro/MG definiu a data do 39º Congresso Estadual dos Petroleiros de Minas Gerais, que será realizado nos dias 26, 27 e 28 de junho, na sede do Sindicato, em Belo Horizonte. Este ano, além da discussão das pautas de reivindicações para o próximo Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, que são levadas para a Plenária da FUP, estará na pauta a avaliação de alterações no estatuto da entidade.

Em breve serão divulgadas as informações sobre a programação e inscrições, assim como os trâmites sobre a reforma estatutária que será proposta pela atual diretoria colegiada do Sindicato. Os temas a serem discutidos serão: Quórum Mínimo

Eleitoral; Organização de Campanhas Salariais no Setor Privado; Combate às opressões, Diversidade, Inclusão e Equidade; Tratamento de Condutas e Penalidades; Vacância do Coordenador Geral; Critérios para Mesários e Outros Ajustes sobre o Processo Eleitoral; Vacância no Conselho Fiscal; Reorganização das Secretarias da Diretoria Colegiada.

A participação massiva das trabalhadoras e trabalhadores da ativa e aposentados é fundamental. O Congresso local é um importante espaço para as petroleiras e petroleiros de Minas Gerais tirarem suas dúvidas, apresentar sugestões e se somar às lutas em defesa dos direitos da categoria.

Sindipetro/MG recebe denúncias de contratadas



Na lista desta semana de denúncias contra empresas que desrespeitam direitos, deixam de cumprir obrigações salariais ou assediavam trabalhadoras e trabalhadores contratados figuram algumas velhas conhecidas. Uma delas é a Martins, que presta serviços para a Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim.

Desta vez, a denúncia é de que a Martins desconta o vale-refeição até mesmo de trabalhadores que estão de licença médica. Mesmo que haja justificativas legais para isso, essa atitude é insensível e contribui para os trabalhadores negligenciarem cuidados com a saúde pelo receio de perderem o benefício. O pior é quando há uma situação mais grave de saúde e eles são obrigados a se licenciarem do trabalho e, muitas vezes, ficam sem condições de

se alimentarem adequadamente. É importante lembrar que nem tudo que é legal é justo.

Também chegaram denúncias contra as empresas Ektor, relacionadas a casos de desvio de função de empregados sem a devida reclassificação salarial, e a QWS Inspeções, que não fez acerto com trabalhadores demitidos, nem se comprometeu com uma data para a quitação das verbas trabalhistas, demonstrando total falta de respeito com quem já está sofrendo pela dispensa do emprego. No mês passado, o Sindipetro/MG denunciou que a empresa estava em atraso com suas obrigações de vale-refeição e adiantamento salarial.

O Sindicato solicita retorno da fiscalização da Petrobrás sobre denúncias e demandas dos trabalhadores contratados.